



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa noite.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente desde o dia 13/08/2022, no *Diário Oficial da Cidade*; e no dia 15/08/2022, nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

Suspenderemos a audiência por alguns minutos, até que todos cheguem e se acomodem.

Muito obrigado.

Está suspensa a sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa noite, gente. Muito obrigado por estarem todos aqui conosco.

Nós vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Quero convidar para compor a Mesa conosco os Srs.: André Luiz, representando o Sr. João de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Devair Paulo de Andrade, representando o Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Vladimir Bartalini, representando, neste ato, o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Obrigado pela presença, é um prazer tê-los conosco.

A apresentação será feita daqui a pouco pelo Sr. Vladimir Ávila, que é gerente técnico da São Paulo Urbanismo.

Primeiro gostaria de conhecer o pessoal das favelas. Quem faz parte da favela do Jardim Colombo? E do Porto Seguro? E da favela Paraisópolis?

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está em maioria, que bom.

O presente projeto trata da alteração de uma lei que criou a Operação Urbana Faria Lima, no ano de 2004, que virou o anexo que tratava dos investimentos na Faria Lima, transformando-a, no final da década de 90. E o que vamos tratar aqui hoje é bastante interessante. Lá, uma região muito rica, muito atrativa, muito investimento, muita verticalização e quando se compra potencial construtivo para construir mais alto se paga para a Operação Urbana, numa conta específica e fechada, para que esse dinheiro fique guardado só para investimentos dentro do perímetro da operação urbana. Portanto, não pode ser tratado fora da operação urbana.

E, com isso, todo esse dinheiro foi possível investir na região com uma requalificação muito grande do viário, construção de escolas, de espaços importantíssimos da área pública, equipamentos e também para atendimento de três favelas: a da Rua Coliseu, a Favela Panorama e a favela do Real Parque.

Feito isso, passado tanto tempo, nós já estamos no final da operação urbana, quase tudo o que podia já foi vendido, porém há mais de 1 bilhão de reais guardados numa conta e não é justo deixá-la aplicada, rendendo juros. O município não tem esse interesse. E aí surgiu este projeto que trata especificamente da transferência desse recurso para cá, para que as favelas citadas – Paraisópolis, Porto Seguro e Jardim Colombo – pudessem utilizar esses recursos, mesmo fora do perímetro. Nós jamais poderíamos trazer esse dinheiro para cá, sem aprovar essa lei.

Como para aprovar a Operação Urbana Faria Lima nós precisamos de 37 votos dos 55, todo projeto normal na Câmara passa com 28 votos. É um projeto bastante importante, nós temos obrigação de fazer, no mínimo, duas audiências públicas e vamos fazer quantas forem necessárias. Não temos problema com audiências públicas, para que a gente possa ouvir o máximo de vocês, porque esse 1 bilhão pode ser aplicado aqui, dependendo da necessidade.

O público da abrangência desse investimento é de cerca de 100 mil pessoas.

Portanto, elas serão beneficiadas com esse 1 bilhão de lá. É a primeira vez que nós fazemos isso na história de São Paulo. É a primeira vez também que uma operação urbana na América Latina tem dinheiro sobrando em caixa. Buenos Aires também tem operação urbana, outras grandes metrópoles também têm operação urbana, no exterior também, essa intervenção pontual.

Então agora vocês já entenderam bem de onde vem o dinheiro. Essa conta é fechada, ninguém pode mexer nela, nem o Prefeito pode tirar dinheiro de lá, ninguém pode. Só a lei pode, e a lei só pode nessa condição de exceção, e trazer para cá. Mas quem vai explicar para vocês tudo isso é quem é craque nessa área.

Eu vou convidar o Vladimir Ávila para estar conosco. Vladimir, essa figura simpaticíssima, querida do Governo e que representa o Sr. Cesar Azevedo, Secretário da São Paulo Urbanismo. São Paulo Urbanismo é a empresa que cuida especificamente dessas operações, dessas intervenções.

O Hugo Louro está aqui também, ele é Diretor de Engenharia e Obras. Hugo, senta aqui conosco. Então, as obras, com certeza, todas passarão pelo crivo do Hugo.

Antes de passar a palavra para qualquer um, eu vou convidar para estar conosco a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Obrigado pela sua presença. A Vereadora Silvia é Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana. Eu sou o Presidente, meu nome é Paulo Frange, e nós somos sete vereadores: Vereador Goulart, Vereador André Santos, Vereadora Ely Teruel, Vereador Donato e Vereadora Silvia. Então nós somos sete na Comissão, nós tratamos desse assunto durante todo este ano.

O Vereador Donato está presente. Obrigado, Vereador Donato. Você chegou e eu não vi, Vereador Donato. Eu estava tentando explicar um pouco do que nós vamos tratar, enquanto o Vladimir não chegava.

Indago à Vereadora Silvia e ao Vereador Donato se querem falar alguma coisa. (Pausa) Okay. Vamos ouvir o Vereador Donato e, em seguida, a gente vai passar a palavra para o Vladimir.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa noite. Quero cumprimentar o Presidente Paulo Frange, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, representantes da Secretaria de Habitação, de Urbanismo, Devair representando a subprefeitura, e cumprimentar cada uma e cada um de vocês presentes, porque é um tema muito importante para Paraisópolis.

A gente sabe a população enorme que mora aqui, as dificuldades que existem e a necessidade de intervenções que possam melhorar cada vez mais Paraisópolis.

O Executivo, o Prefeito, mandou um projeto de lei, ele é até simples na sua redação, que estende o perímetro da chamada Operação Urbana Faria Lima, que vai até o Real Parque, para atingir essa área de Paraisópolis, para que os recursos da Operação Faria Lima também possam ser investidos em Paraisópolis.

É evidente que a intenção é boa e a gente é favorável, mas não bastam as intenções, as coisas precisam acontecer e ter viabilidade. E me parece que só isso, só esse projeto desse jeito não tem viabilidade, na minha opinião. Porque a operação urbana, esse mecanismo operação urbana, você vende potencial construtivo, com título chamado Cepac, vinculado a um elenco de intervenções e obras que é registrado na Bolsa de Valores, na CVM, enfim, é um título que é negociado no mercado.

E já existe um plano de intervenções que de alguma forma vai consumir os recursos existentes da Operação, então nós precisamos de novos recursos na Operação Faria Lima para, de fato, poder atender Paraisópolis.

Eu não entendi direito, mas o próprio Executivo, em 2020, havia mandado um projeto de lei ampliando o estoque da Operação Urbana, se não me engano, em 250 mil metros, que é o que já está licenciado pelo EIA/Rima. Então me parece que é necessário fundir os dois projetos para ter sentido o investimento em Paraisópolis. Você precisa gerar recursos novos, você tem que ter novos Cepacs e você também tem que aprovar na CVM um plano de intervenções aqui.

A gente sabe que tem intervenção no Antonico, que está com suas dificuldades, que é uma obra antiga que o pessoal reivindica há muito tempo. Enchentes dramáticas lá e a gente já esteve até com o Secretário João Farias, andamos aqui com o Guga, com outros

companheiros, Zé Maria, enfim, aqui no Antonico na época. A obra começou, mas tem dificuldades. Até onde eu sei, ela está com muita dificuldade de caminhar, para produzir novas moradias. Tem uma série de outras intervenções que precisam ser feitas aqui.

Então a gente precisa tratar com seriedade essa questão. A gente não pode simplesmente vir aqui e falar “Olha, basta incorporar na Operação Urbana que vai ter dinheiro”. Não vai ter, se não gerar novo recurso não vai ter dinheiro, porque...

Eu estou até com o saldo da Operação Urbana Faria Lima, 2,6 bilhões, se não me engano. É isso? Mas esses 2,6 bilhões têm uma série de obras comprometidas, não têm? Projetos que estão em execução, tem alargamento da Santo Amaro, tem o bulevar, tem mais não sei o quê, tem uma série de obras que vão consumir esses recursos. E isso é fiscalizado pela CVM.

Então a gente precisa ter uma solução que eu acho que é possível ter. Não estou aqui para desanimar ninguém, eu acho que é possível ter, que é que os dois projetos se juntem, que a gente aprove a inclusão do perímetro do Paraisópolis, mas que de alguma forma tenha que discutir esses 250 mil metros quadrados que estão licenciados pela EIA-Rima e que lá no passado, por alguma razão, foram tirados da Operação.

É um debate que a gente precisa fazer. Não sei se é um debate tão simples, mas é um debate que precisa ser feito. E tem outro debate que não tem a ver com a Operação, mas a Prefeitura de São Paulo hoje tem 32,6 bilhões em caixa. Então, para investir em Paraisópolis, ela não precisa fazer nenhuma manobra desse tipo para pôr dinheiro aqui. Basta a vontade política, basta a decisão política para investir em Paraisópolis.

Se quer ter mais um instrumento, nós somos a favor e queremos construir isso a favor, mas com o dinheiro que a Prefeitura tem, ela tem um grande plano para Paraisópolis, que é a segunda maior favela de São Paulo, que é o símbolo da desigualdade de São Paulo, está do lado do Morumbi, da alta renda do Morumbi. E as pessoas muitas vezes aqui no Grotão, em situação precária na beira do Antonico, com enchentes dramáticas, com condições de vida subumanas.

Então a gente tem que investir muito em Paraisópolis, tem recursos municipais para isso. Mas se a Prefeitura quer ter mais um instrumento a gente é a favor, mas que ele seja bem-feito e, para ser bem-feito, ele tem que combinar essas duas coisas. O perímetro ampliar, sem problema, mas vai ter que ter algum mecanismo de uma nova arrecadação para financiar as obras necessárias no Paraisópolis.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado, Vereador Paulo Frange. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Donato.

Vereadora Silvia quer falar?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa noite a todas, todos e todes.

É um prazer estar aqui no território, no lugar de moradia, de vida de vocês, para principalmente ouvir a opinião dos presentes sobre esse projeto.

Como o Donato disse, nós somos favoráveis sim que entrem mais recursos em Paraisópolis, destinados às obras tão necessárias para as moradias populares.

A questão é como melhorar esse projeto, como fazer com que realmente ele seja viável e executável, que simplesmente não seja mais um projeto que ficará parado sem reverter nas melhorias que vocês tanto querem para a região, que não é nem um bairro, mas sim quase uma cidade.

Em princípio, não somos contra o projeto, mas queremos melhorá-lo, para que, na verdade, estejam disponíveis os recursos que o Vereador Donato falou, mas que haja também mecanismos garantidos de participação popular nas decisões, sobre como esses recursos serão exatamente empregados.

É muito importante que os conselhos, tanto os de ZEIS, quanto o conselho gestor da operação, tenham uma participação efetiva e deliberativa sobre esses recursos que virão para cá. Esperamos que realmente venham para cá. Nesse sentido, a gente reforça.

O nosso mandato é ligado à luta, principalmente, por moradia digna, luta por HIS, para que essas operações urbanas tenham como foco principal o povo pobre e trabalhador e,

principalmente, luta para que haja participação desta população na execução desses recursos.

Então quero ouvir as opiniões, principalmente, os moradores e moradoras de Paraisópolis.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Bom, senhores, vou passar a palavra para o Vladimir. Aqui ao lado essa moça vai receber o nome de vocês para inscrição. Então a inscrição está aberta a partir de agora. Quando o Vladimir encerrar a fala dele, encerram-se também as inscrições. Em seguida, nós vamos passar a chamar cada um de vocês para que façam uso da palavra, por três minutos.

O SR. VLADIMIR ÁVILA - Boa noite a todas e a todos.

Primeiramente, quero pedir desculpas pelo atraso, nós tivemos um trânsito bastante grave, depois nos perdemos no caminho e chegamos um tanto atrasados.

Eu vou ser breve na minha fala, porque o Vereador Donato colocou todas as questões que estavam na nossa cabeça, realmente.

Quando a primeira versão do projeto foi feita, foi muito simples, enxuta, baseando-se num valor de recurso que, realmente, está na conta da operação urbana, mas que tem compromissos. Há obras e intervenções que estão comprometendo esse valor.

O PL foi avançando, apesar de que a versão que está na Câmara ser ainda a versão mais simples, nós imaginávamos que tivesse chegado já uma segunda versão com um aprimoramento desse PL, incluindo todas essas questões.

Primeiro definir os perímetros. Então a gente tem os perímetros definidos que são exatamente aqui de Paraisópolis, a Favela de Paraisópolis, o Jardim Colombo e a Favela Porto Seguro. Eles têm um perímetro já definido na lei, no Plano Diretor, a gente usou esses perímetros como referência.

Nós vamos ter de rever isso porque a gente sabe como é a dinâmica do crescimento de uma favela, de uma área com urbanização desse padrão.

Quanto às questões de recursos, o Vereador colocou muito bem, é preciso aportar

mais recursos. E aí nós fundimos, de fato, o PL 203, que estava lá na Câmara, com este que está aqui agora, que é a versão que está saindo agora, trazendo mais potencial construtivo, que é a nossa moeda de venda, para transformá-la em Cepac, e poder ter mais recursos para utilizar na região de Paraisópolis.

De uma maneira geral, a gente procurou contemplar todas essas questões que pareciam mais emblemáticas, mais de difícil solução como são os recursos e como é a área de atuação onde, de fato, as coisas vão acontecer.

Nós estamos em contato muito proativo com Sehab para ver quais são as grandes intervenções que precisam ser feitas em Paraisópolis. Ver até que ponto os recursos que vão ser gerados com a venda desses 250 mil metros quadrados poderão ajudar esse processo, que é um projeto bastante grande. Porque a gente sabe que Paraisópolis é uma cidade, não é um simples bairro.

O que a gente pode fazer, neste momento, é pedir para os senhores Vereadores se eles incorporam esse substitutivo ao PL que está lá, com essas questões todas, para a gente continuar essa discussão e depois aprimorá-la.

Eu gostaria de passar a palavra para o meu diretor de engenharia e obras, da São Paulo Urbanismo, que é a pessoa que coordena todas essas questões, inclusive, a continuidade desse projeto de lei.

O SR. HUGO LOURO E SILVA - Boa noite a todos, todas e todes.

Desculpe mais uma vez pelo atraso. A gente veio aqui para ouvir vocês. Não vou tomar o tempo de vocês falando mais do que já foi dito.

Eu só acho importante todos entenderem que a presença da SP Urbanismo e da diretoria de obras, que eu e o Vladimir representamos, é porque os valores arrecadados pela Operação Urbana Faria Lima estão sob a nossa gestão. Eles ficam sob a nossa batuta, por uma questão legal. Para esses valores fluírem para esse novo projeto precisa fluir através da nossa operacionalização.

A gente veio aqui para somar, para facilitar o máximo que dentro do possível,

aprovando o PL, sob o ponto de vista operacional e possível a gente, com a maior celeridade possível, direcione esses recursos para os projetos que os senhores, a Sehab e os respectivos responsáveis precisam na velocidade requerida.

Fundamentalmente, é isso. Vou circular a palavra. Fico à disposição de todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vladimir e Hugo, a preocupação é que esse projeto do jeito que está nós estaremos, simplesmente, fazendo uma transferência de recursos. A minha preocupação é sair do conceito clássico de operação urbana ou de intervenção urbana. Ou seja, deixar isso fora do conceito de área expandida a gente acaba fragilizando o conceito de que a operação urbana com a área expandida ela realmente se mostrou, até agora, a mais interessante ideia a respeito dessas intervenções.

Portanto, juntar os dois projetos, ou seja, anexar aqui a figura da operação urbana, essa área expandida pode receber não só habitação de interesse social como outras obras, por exemplo, drenagem. Aqui tem, com certeza, áreas que precisam de obras de drenagem, para que a gente possa manter o mesmo conceito da operação.

Fazer um desenho, um mapa, onde nós vamos ter uma área expandida da operação urbana, mesmo que tenhamos que incluir, acho que é legítimo, é muito interessante colocar os 250 mil metros de Cepac à disposição do mercado, mas desenhar. E também escolher, junto com eles, quais são os equipamentos que eles precisam para as regiões deles.

Nas áreas expandidas, a população que vai receber os prédios discute muito onde gostaria que tivesse a creche, quanto precisa para que pudesse quantificar quais são as obras que faríamos para eles, quantas creches, Unidades de Saúde. São 100 mil pessoas. Teria que ter, no mínimo, cinco Unidades Básicas de Saúde. Para cada 20 mil pessoas tem que ter uma Unidade Básica de Saúde. Então, nessas 100 mil pessoas atingidas nós temos cinco Unidades Básicas de Saúde? Não sei. Precisaríamos contar.

E, também, a demanda por creches, principalmente creches próprias, prédios próprios, escolas. O que mais? O Vereador Donato participou bastante da Água Branca e foram

11 audiências públicas.

O SR. ANTONIO DONATO – Tem uma coisa e acho que isso que a gente precisaria escutar também. Aqui todo mundo sabe que - eu estava lendo aqui no meu resumo da operação que me mandaram aqui -, por exemplo, tem uma rubrica para transporte sobre trilhos. Transporte sobre trilhos. O monotrilho que está parando ali na Marginal Pinheiros estava projetado para passar por Paraisópolis e ir até a estação Vila Sônia integrando toda essa região. Ele está parado sem previsão de continuação.

Não sei quanto custa isso, mas o Município via Operação Urbana poderia entrar com esse aporte para, pelo menos, chegar a Paraisópolis. O ideal seria integrar até Vila Sônia, porque ia dar uma alternativa de transporte fabulosa tanto para ir a linha norte-sul, a linha lilás que passa na Avenida Santo Amaro, quanto Verde na vila Sônia. Isso é uma reivindicação antiga.

Linha amarela. As cores, vocês me desculpem, mas todo mundo sabe do que eu estou falando. Isso estava projetado para Copa de 2014 quando se imaginava que o Morumbi seria o Estádio da Copa. Então, ia ligar o Morumbi e estação Vila Sônia até o aeroporto de Congonhas. Está um esqueleto. Agora, está previsto parar ali perto do daquele empreendimento Global ali na Marginal Pinheiros, quando a necessidade real de transporte público é aqui. É aqui que tem 100 mil pessoas que precisam sair todo dia para trabalhar, para estudar, para fazer tudo que precisa e com pouca alternativa de transporte público.

Então, essa talvez seja não sei quanto custa isso, precisa dimensionar, mas esse é um investimento importante que está previsto na operação que é o transporte sobre trilhos. Então, já está previsto na operação, além do que tem uma reivindicação antiga que é de ter um hospital para Paraisópolis. Aqui tem a UPA, mas não dá conta. Não é UPA, é uma AMA e todo mundo tem que ir ao Hospital do Campo Limpo que é longe daqui. Então, tem questões que merecem grandes investimentos, mas precisamos criar os recursos para isso aí junto com o orçamento público também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Quer falar, Hugo?

O SR. HUGO LOURO E SILVA – Só fazer um adendo por causa que é importante a gente usar como exemplo que a gente usa lá na nossa Diretoria de Obras. A Operação Urbana para ser um sucesso, como por exemplo a Faria Lima foi, tem que responder perguntas simples e o senhor foi muito feliz nessa colocação.

São três perguntas que a gente precisa definir nesse PL ou para o PL preparar essas perguntas para que a sociedade responda. Primeiro é onde. Para uma Operação Urbana funcionar, o perímetro precisa ser muito bem definido. A primeira questão é definir o perímetro muito bem territorialmente porque Operação Urbana tem a ver com o território e precisa ser esse perímetro. Segundo, quanto? Quanto dinheiro temos? E, depois, o que faremos? Não é o que e quanto, mas o quanto e o que.

É como a gente reformar nossa casa. Primeiro a gente define qual é a nossa casa; segundo, a gente vê quanto dinheiro a gente tem; e, depois, a gente vê que obra a gente vai fazer. Se a gente faz um projeto muito grande e gasta todo o projeto com arquitetura, a gente não consegue executar depois.

O sucesso da Faria Lima foi justamente porque ela arrecadou mais do que as obras que elas tinham previsto, porque elas foram promovidas de emprego com o passar dos anos. A Faria Lima foi melhorando e foi apreciando e foi tendo mais dinheiro.

Então, eu acho que se a gente focar nessas perguntas, a gente consegue com mais celeridade dar andamento e no foco aqui usar.... são poucos comparados com todo recurso que a Prefeitura tem. Aí a gente precisa operacionalizar todos os recursos, mas o foco de hoje é como usar os recursos da Operação Urbana Centro e a gente consegue com mais objetividade e fazer de forma mais célere.

Gosto de fazer as comparações para todo mundo para a gente não ficar no campo das ideias, imaginando.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vocês entenderam as obras que virão para cá e muito do que vai vir para cá também virá da contribuição de vocês. É importante que as

pessoas que estão inscritas hoje lembrem disso porque está tudo taquigrafado para que a gente possa também ouvir vocês e possa aprimorar o projeto.

O primeiro inscrito é Conselheiro de Habitação Francisco de Assis Diniz.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DINIZ - Boa noite a todos.

Espero que a gente possa, com esse empreendimento, melhorar a nossa comunidade, porque a realidade de quem vê de fora é uma e de quem está dentro é outra. A gente sabe o que a gente precisa na nossa comunidade. A gente sente o que a gente precisa.

Como o nobre Vereador falou, hospital aqui, pelo menos, uma UPA seria super necessária. Isso é o que precisamos realmente em Paraisópolis urgentemente.

Muitas vezes, um pai de família sai aqui para ser atendido no AMA, mas lá não tem o atendimento necessário.

Outra coisa em Paraisópolis é a questão de urbanização. A urbanização de Paraisópolis vem pendengando há anos. Está aqui o nosso Vereador Donato que sempre esteve presente em Paraisópolis e lutou muito por Paraisópolis, mas a maioria das prefeituras que passaram aqui não fizeram basicamente nada. Se fizeram um pouquinho aqui e um pouquinho ali, mas faltou muita coisa.

Temos esse Prefeito atual que está trabalhando, arregaçando as mangas pela urbanização, mas precisamos muito mais, principalmente lá na região do Antonico onde eu sou a liderança daquela região e onde eu vejo - a rua agora mesmo, pode passar lá para ver - a rua cheia de lama, esgoto, dejetos, crianças na rua passando por aqueles esgotos terríveis. Na época de enchente, a partir agora de setembro, é alagamento de todos os tamanhos e pessoal perdendo as casas, perdendo os troços e a obra acontecendo mais lentamente. Precisamos agilizar essa obra do Córrego Antonico, para que em setembro não termos mortos.

Estava falando com o meu amigo Ivanildo e ele falou: “Vamos ter morte este ano se a Prefeitura não tomar providência naquele Córrego do Antonico”. Então, o que a gente precisa é isso.

A gente agradece à Câmara de Vereadores de São Paulo que está lutando por esse

projeto. Precisamos também ver Paraisópolis não só de vez em quando, quando é época de eleição. Precisam ver Paraisópolis como São Paulo normal. Paraisópolis é São Paulo e precisamos pensar em Paraisópolis como São Paulo. Não só de vez em quando, como isso acontece.

Obrigado a todos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Valdemir José Trindade, Tamo Junto Paraisópolis.

O SR. VALDEMIR JOSÉ TRINDADE – Boa noite, comunidade.

Agradeço a todos da Câmara hoje que estão discutindo com a população. A gente ficou sabendo em cima da hora, mas convoquei os moradores para estarem presentes. Parabéns a todos aqui por estarem discutindo com o povo.

Quero falar o seguinte: o Córrego do Antonico já vem mais de dez anos que as pessoas estão aqui no aluguel social e não tem apartamento. Era área de risco. Tem terreno em Paraisópolis, mas até agora não foram construídos os apartamentos pessoas. Elas recebem 400 reais e pagam 800 de aluguel e até agora não deram uma opção. Se Habilitação criou esse problema, que ela resolva o problema.

Agora, temos dinheiro para construir o apartamento das pessoas. Tem terreno aqui. O canteiro de obra está aí o terreno. Estão discutindo para fazer lá educação. Legal. Educação é legal. E a moradia do povo? Dá para fazer educação sem moradia? Não. Primeiro, casa para o povo. Investe esse dinheiro no povo.

Não vou ficar aqui e falar que vai sair o Hospital de Paraisópolis. Não vai sair o Hospital. Sabemos que para sair o hospital quanto a população tem que estar. Vamos transformar o AMA em UPA que é mais fácil. Quando alguém toma uma facada, um corte na cabeça, tem que ir lá ao Campo Limpo.

Então, peço para todo mundo aqui pensar bem nesse investimento que invista agora na moradia do povo. O povo está sofrendo pagando aluguel. Nessa pandemia ninguém aumentou nada para eles. Uma rua de Paraisópolis recebe 600 reais. (Palmas). Cinco mil

pessoas no aluguel social. Ia ganhar seu apartamento aqui, 12 anos, dinheiro público, nosso.

Quero falar também da UBS 2 de Paraisópolis. Estão pagando aluguel. Faz o terreno para eles, constrói um prédio para atender a nossa população.

Então, vou torcer para passar essa lei que vem investimento a Paraisópolis e vamos melhorar nossa comunidade cada vez mais. Não só promessa. Então, Habitação que faça sua parte. Nosso Vereador, todo mundo que luta para melhorar nossa comunidade seja bem-vindo e nós vamos apoiar. Quero mais audiência como essa porque a população quer participar.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

William Bastos.

O SR. WILLIAM BASTOS – Boa noite a todos e a todas.

É com muito prazer que recebemos esta Comissão. É com muito prazer que nós estamos aqui hoje e quero agradecer a Mesa na pessoa do Presidente Paulo Frange por estar trazendo mais esse recurso para nós que somos carentes. Somos carentes, sim, na área de Habitação, na área de Segurança, principalmente na área de moradia, porque não podemos ter educação se não temos moradia. Quantas pessoas hoje estão sem suas casas morando nas ruas, nas praças? É só andar um pouco no Centro de São Paulo e vemos pessoas que perderam, porque viviam de aluguel, perderam seus empregos e hoje estão nessa condição de morador de rua. Essa pandemia nos atingiu.

Quero comunicar à Câmara Municipal: quantas vezes batemos à porta da Câmara dos Vereadores? Quantas vezes fomos à Sehab? Quantas vezes fomos à Prefeitura, à Subprefeitura, cobrar do Poder Público recursos na área da educação, da saúde? A UDMC sabe bem disso, porque tivemos várias reuniões com todas essas instituições. Recursos não faltam. Aparecendo recursos em um momento desses em que estamos passando de crise e que estamos atravessando a falta de emprego para a nossa população. Fome, miséria é o que vemos em Paraisópolis. Mas não só em Paraisópolis, em toda a cidade de São Paulo.

Hoje, nós estamos aqui nesta audiência pública sabedores de todos esses recursos,

certo? E que esses recursos, eles são bem-vindos, sim, Sr. Presidente. São bem-vindos para nós, porque nós precisamos investir. Obras, nós temos aqui para fazer, temos muitas obras. Uma dessas obras é o Córrego do Antonico - esse córrego que nos deu tanta dor de cabeça e que muitas vezes batemos à porta da Sehab, da Prefeitura, cobrando – e a Hebe Camargo, que ainda não está terminada. São obras que nós cobramos. Temos aqui ao lado o Parque Itapaiúna. Esse parque também não saiu do papel. Temos muitas obras e somos carentes, sim; somos carentes desses recursos. Sabedores também dos recursos que tem a Prefeitura, mas que não tem, aqui, aplicado esse recurso. Por isso, nós cobramos do Poder Público. Temos ido ao Poder Público, temos ido à Prefeitura, temos ido à Subprefeitura, à Sehab, e temos cobrado.

Na condição de conselheiro, secretário da UDMC, venho agradecer a todos os presentes, agradecer à Câmara dos Vereadores também e cobrar deles também para que venham esses recursos. Quero também agradecer a todos os que estão nos assistindo através da TV, através da internet, do Instagram, do Facebook; a todos os que estão aí nos vendo. E darmos as mãos para que esses recursos venham aqui para Paraisópolis. Somos sabedores e somos também carentes desses recursos. Quero agradecer a presença de todos, agradecer a essa Mesa, agradecer a todos os que estão empenhados nessas obras, porque obras nós temos, não é por falta de obras. As obras estão paradas, não sabemos o porquê. E, agora, sabedores de que existe esse recurso, vamos dar a mão e vamos cobrar. Vamos à Prefeitura, vamos à Sehab, vamos bater à porta de todas essas instituições e vamos cobrar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Maria Claudimar da Silva e Elisiana Cristina Gonçalves. (Pausa) Se quiser ficar aqui na frente.

A SRA. ELISIANA CRISTINA GONÇALVES – (Oradora com dificuldade de dicção, transcrição prejudicada) - Meu nome é Vitória Especial, eu ganho (ininteligível), ninguém tira de nós os direitos humanos, direitos das pessoas deficientes vulneráveis. (Palmas)

A SRA. MARIA CLAUDIMAR DA SILVA – A paz do Senhor a todo mundo que está presente. Deus abençoe a nós hoje. Nós estamos aqui numa luta, e estou com pena, eu acho

que deveria ter mais pessoas, principalmente quem está no auxílio aluguel. Quem está no auxílio aluguel deveria estar presente aqui, porque falar é fácil, mas se a população não abrir a boca, fica no comodismo, quem se cala consente com os problemas que nós estamos vivendo em toda a São Paulo.

Paraisópolis é bonito? É. Todo mundo tem interesse de investir em nós. Mas a maior preocupação em Paraisópolis, no Brasil e em São Paulo, a prioridade é a moradia, saúde e escola. Sem moradia, nós não chegamos a lugar nenhum. (Palmas) Projeto tem muito, vamos fazer. Vamos mudar um pouco. (Palmas)

Espero, Presidente, que pelo menos nesse auxílio aluguel a gente possa ter uma porta aberta de esperança. Se eu moro aqui em Paraisópolis e tem apartamento no Campo Limpo, me dá essa oportunidade de eu ir para lá e não ficar na fila de espera. (Palmas) Olha as pessoas que ganham um salário: como é que vão ficar? Um salário: final da fila. (Palmas) Quem não ganha nenhum salário: final da fila. Quem ganha três: prioridade. E onde estão os direitos das pessoas com deficiência? Os idosos? É caso para ser pensado, que todo mundo está esquecendo deles. Estão construindo apartamentos, e eles estão também ficando no final da fila.

Em 2010, foi fácil entrar em um apartamento, hoje eu estou em um. Mas, minha gente, agora vocês estão sofrendo para entrar. Se o dinheiro agora tem, parabéns, glória a Deus; mas vamos investir no melhor. A saúde, melhoria. Porque a moradia, nós precisamos mudar esse cadastro, e vocês, moradores, que estão no auxílio, vocês têm que pensar que ele passe a ser municipal ou estadual, para você ter direito de escolher seja no Paraisópolis, seja no Campo Limpo, seja no Butantã, seja onde for. A porta é sua, a moradia quem escolhe é você, é direito do cidadão brasileiro. Não é a Prefeitura que tem que escolher onde você tem que morar. (Palmas)

Outra coisa. Você recebe auxílio: não pode morar no Campo Limpo, porque você passou o cartão, você perde. Isso tem que mudar.

Nós, com 80 anos de idade, nós entramos em uma moradia, minha gente? Me respondam. Entramos com 80 anos, dona? Provavelmente não quem está no auxílio aluguel.

Mas se eu sou uma cidadã da Bahia, estou com 80 anos, lá tem o Minha Casa Minha Vida, por que não me jogam lá para o Piauí, para o Nordeste, para voltar para a minha casa, onde eu vou poder morar? (Palmas) É isso que eu queria que mudasse. É isso que eu queria que um governador, um deputado olhasse esse direito nosso.

Os hospitais. Vamos parar de ilusão, brasileiros e povo do Paraisópolis. Hospital aqui dentro do Paraisópolis, não existe a menor possibilidade de fazer. Se não tem terreno para moradia, vai ter para hospital onde? Me provem. (Palmas) Passa o ônibus para a UPA onde vai ter cardiologista, neurologista. Lá nós precisamos. (Palmas)

Escola. Vamos mudar o estatuto da escola no Brasil e aqui em São Paulo. O jovem começa a estudar com a idade que ele tiver. Vamos botar uma vida de profissionalização. Sabe por que, doutor? Quando o aluno completa 18 anos, e a mãe não pode dar umas porradas para ele ir para a escola para se tornar um trabalhador digno, ele vai sair com uma profissão. Agora, você me jogar “Mas Claudimar, está cheio de concurso” é fácil; mas o filho não quer ir. A mãe bota para ir, faz o cadastro, mas o filho bate na cara e diz “eu não vou”. Mas tendo a escola, ele vai. No horário que tiver uma vaga, bota, porque esse projeto lá no Nordeste está funcionando, os alunos saem com uma profissão, a mulher sai com uma profissão. E Deus mude isso.

A saúde, vamos mudar, principalmente para as pessoas com deficiência. Elas não estão sendo atendidas em nenhum hospital. Vamos abrir a Santa Casa, vamos abrir a Santa Cecília. Hospital das Clínicas está fechando, e nós precisamos de socorro. (Palmas)

E outra coisa eu vou denunciar aqui. O bilhete único das pessoas com deficiência – viu, Donato? -, quando a gente vai passar o Bilhete Bom, é a pior humilhação. Você tem que passar o bilhete; quando o motorista está com bom coração, ele vai e libera. E quem está atrás de mim fica: “Olha, ela já está incomodando, já era para eu ter passado”. É isso que tem que mudar. Libera esse bilhete ou passa a ser um só, Bom e ônibus tudo junto, para que a gente não sofra, porque eu sou mãe e sei o que eu estou dizendo. Obrigada pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Lourival Zacarias Alves. (Pausa) Maria Betânia Ferreira Mendonça. (Pausa) Os dois

estão presentes? (Pausa)

O SR. LOURIVAL ZACARIAS ALVES – Boa noite, senhoras e senhores. Boa noite, Antonio Donato. Boa noite, Srs. Vereadores. Boa noite, Mesa e demais presentes.

Eu quero falar para vocês que faço parte da UDMC, defesa de moradia, com o Zé Maria. Moro aqui no Paraisópolis há mais de 30 anos. E Paraisópolis leva um problema constante, como todas as comunidades, mas Paraisópolis está difícil. Entra Prefeito, sai Prefeito, como a nossa amiga Claudimar falou, e o investimento é muito curto aqui em Paraisópolis. Deve ter muito mais investimento. Ainda bem que nós temos um Vereador de muito pulso, muita clareza, que tem batalhado muito conosco, que é o Vereador Antonio Donato, que na Câmara Municipal de São Paulo tem batalhado constantemente por moradias, por escola, por saúde aqui para a nossa comunidade.

Mas nós temos um problema sério aqui no Paraisópolis. Tem pessoas no aluguel social há mais de 11 anos. Isso é lamentável. Uma pessoa com 11 anos no aluguel social, eu acho que não é cabível para ninguém, onde a meta é de no máximo 2 anos; 11 anos já está ultrapassando a meta, que deveria ser normalizada.

Eu acho que, com essa demora de moradias populares, perde o Governo, perde a população, perde todo mundo, porque o Governo deixa de arrecadar e o morador também deixa de ter uma moradia digna, quando uma mãe de família, um pai de família, sai para o trabalho e precisa deixar suas crianças com mais segurança.

Se você não tem moradia, como pode deixar a sua criança, com segurança, quando você vai trabalhar? A mãe de família e o pai de família precisam trabalhar e precisam de segurança. Investimento há. São Paulo arrecada muito, só que a arrecadação de São Paulo não é bem investida em moradia nas comunidades. Precisa ser revertida essa modalidade e ser investido muito mais em moradias populares para a população de baixa renda. Haver moradia onde as pessoas só podem entrar se ganharem acima de três salários mínimos não é moradia para quem mora em comunidade. Isso é moradia para pessoas que já têm um salário adequado, quem ganha até dez salários mínimos, acima de quatro salários mínimos, porque se você ganha

cinco salários mínimos e paga o valor de um aluguel acima de três salários mínimos, você não come. E a população daqui são pessoas que ganham de um salário mínimo e, ao máximo, não chegam a atingir um salário e meio.

Então, a moradia precisa ser investida, Srs. Vereadores. É preciso vocês estudarem bastante, para melhorar a situação de vida para a moradia do pessoal, não só moradia como toda infraestrutura de Paraisópolis, moradia, saneamento básico, transporte, saúde e educação em Paraisópolis. Estão devendo isso há muito tempo e é preciso ser melhorado constantemente. Era só isso que eu tinha a dizer a vocês.

Muito obrigado a todos e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Betânia Ferreira Mendonça, da UTMC.

A SRA. MARIA BETÂNIA FERREIRA MENDONÇA – Mais uma mulher no palco, gente. Parabenizo a Mesa, parabenizo a todos, pela primeira vez, uma audiência pública em Paraisópolis. Isso é uma benção.

Srs. Vereadores, propuseram fazer essa comissão, essa audiência conosco. Somos poucos, mas temos qualidade aqui, graças a Deus.

Falar do que já foi falado é repetitivo, mas, às vezes, a gente precisa bater na tecla sempre. Faço minhas as palavras do Donato, quando disse que é preciso votar a lei 203 mais a lei dos 250 mil metros, para angariar mais fundos. Fiquei feliz ao saber que São Paulo tem recurso. Não sei onde está, em qual gaveta que guardaram, mas há. Estou feliz em saber que há. Agora onde está a gente precisa ver. Abram essa gaveta, pelo amor de Deus, e ponham esse dinheiro para circular, porque eu vejo falarem que é preciso circular dinheiro. O banco fala que tem que circular, e a Prefeitura segurando dinheiro? Com tanta obra para fazer? Então, vamos se virar.

Que os Vereadores se reúnam, que olhem para o povo com carinho, aqueles eleitores, porque nós somos eleitores, uma bancada muito grande. Votem, votem, para que os recursos venham para as comunidades carentes, não apenas para Paraisópolis, porque nós não

somos os únicos que estamos sofrendo não. É aquela história: A gente tem que olhar para o nosso umbigo e depois ver o umbigo do outro, senão não dá certo. Então, vamos cuidar da nossa casa e ajudar os outros a cuidar das casas deles também.

Então, que venham recursos e que os Vereadores votem, porque é preciso de recurso. O que precisamos nós já sabemos: o monotrilha que não saiu, a Hebe Camargo que não terminam e uma UPA para Paraisópolis. Se a gente for enumerar, é uma maravilha. Há gente que fala: “Vamos fazer um hospital.” Para quê elefante branco? O Campo Limpo está ali, sem recurso algum, numa miséria total, prestes a ser fechado. Para que haver um elefante branco aqui dentro? (Palmas)

A gente tem que dar passo a passo o que a gente precisa aqui. A gente não tem aqui especialidade. Um idoso que precisa de um tratamento cardíaco não há especialidade aqui. Não há especialidade alguma aqui em Paraisópolis. Têm que jogar o povo para o fim do mundo, para passar no oftalmo, para passar no ortopedista e coisas parecidas. Então, nós precisamos de especialidades, precisamos da UPA, precisamos do Caps-Ad, que está aí há anos para sair e não sai. E a gente com problema de gente doente aqui, com questão de álcool principalmente. A saúde não é só a vacina. A vacina é prevenção, e prevenção também precisamos para os adultos, não só para as crianças.

Nós estamos vendo famílias se destruindo por causa do álcool e o Governo não faz nada. Só se olha para a Cracolândia, mas vão à periferia. Vejam quantos pobres estão dormindo na rua aqui em Paraisópolis. Coisa que eu nunca vi eu estou vendo hoje. É verdade ou não é? (Palmas)

A gente tem que olhar. É preciso de muitas coisas aqui. Se vocês quiserem que a gente enumere, vamos enumerar e fazer uma lista enorme e entregar em mãos? Que venham outras audiências públicas com outros temas, para que a gente discuta e veja realizada, que saia do papel, porque falar é lindo. Fazer é que é, e a gente quer que façam. Moradia já. (Palmas) Educação digna, com qualidade. Falaram em cem mil pessoas. Elas precisam de quantas unidades de saúde? Cinco. Nós temos apenas três. Imaginem como é suprir a necessidade

dessa população. Os diretores das unidades têm que rebolar, para poder atender a essa demanda toda aqui. Então, vamos aumentar para melhorar a situação, a dignidade de cada um de nós.

Obrigada. (Palmas)

Podem anotar aí quando vai ser a próxima audiência. Eu já estou saindo de uma e querendo outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Carvalho, do grupo de gestão da Operação Urbana Faria Lima. Que prazer te ver. Está sumido?

O SR. EDUARDO JOAQUIM DE CARVALHO JÚNIOR – Boa noite a todos.

Eu faço parte do grupo de gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, e uma das funções do grupo de gestão é exatamente fiscalizar a aplicação dos recursos que a operação urbana arrecada. Em fevereiro e março deste ano, quando nós tomamos conhecimento do PL 28, que seria para incorporar Paraisópolis dentro da Operação Urbana Faria Lima, houve uma preocupação muito grande para saber de onde viriam os recursos, porque a operação tem recurso, mas ela tem uma série de obras já comprometidas; e aí veio a ideia de se juntar o que o Vereador Donato falou e que o Sr. Valdemir falou também, com o projeto de lei anterior que havia, o 203, para poder arrecadar recursos para poder incorporar Paraisópolis.

Então, a minha mensagem é de que é fundamental que os textos dos dois projetos de lei sejam incorporados ao PL 28, esse que vai ser colocado em votação, para que se possam arrecadar recursos vendendo direito de construção para os prédios comerciais da Faria Lima, senão não haverá recursos para aplicar aqui em Paraisópolis. Então, a mensagem é essa. Nós estamos acompanhando isso dentro do grupo de gestão e com a preocupação grande de que não se crie somente um lugar de despesa, mas que se criem também os recursos para poder incorporar essas despesas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ivanildo de Oliveira Júnior, da União dos Moradores do Jardim Colombo.

O SR. IVANILDO DE OLIVEIRA JUNIOR – Pessoal, boa noite à Mesa e aos moradores aqui do complexo Paraisópolis.

O companheiro José Maria e eu sempre lutamos juntos. Como os companheiros colocaram aqui, é muito preocupante. Eu sou um nordestino. Cheguei aqui à cidade de São Paulo com 16, 17 anos de idade, e há 30 anos eu moro aqui nessa região. A gente acompanhou essa questão do projeto de urbanização e é muito vergonhoso, porque são seis administrações. Passaram-se seis Prefeitos, e os dois córregos, quanto à primeira obra, foi criado o primeiro conselho gestor aqui no complexo Paraisópolis, das ZEIS. Acredito que a maioria sabe da área aonde chegamos aqui. Nós não tomamos nada de ninguém. Nós ocupamos. Nós construímos essa cidade e ocupamos isso aqui, mas é muito vergonhoso.

Aqui eu não estou defendendo uma bandeira partidária. Eu acho que aqui a responsabilidade é de todos e alguém tem que ser responsabilizado pelo que vem acontecendo aqui.

Na minha comunidade, eu tomei as devidas providências, como uma ação civil pública, e eu tenho debatido com o Ministério Público que tem dado um excelente apoio. Tenho recebido muito questionamento do Gestor Público: “Por quê? Não. O Ministério Público?” Não, o Ministério Público, gente, tem lá uma Promotoria de Habitação e Urbanismo que eles ganham e estão lá para isso, para defender a fiscalizar a sociedade. Então eu fui buscar o Ministério Público e, graças a Deus, se a obra lá está saindo, com muito trabalho, cansativo e desgastante, mas tá indo, com o Ministério Público e com ordem judicial.

Hoje, a Prefeitura está pagando cinco mil de multa lá porque não fez lá um córrego com um quilômetro de distância” Gente! Espera aí. Passaram-se ali seis prefeitos, seis administrações. Isso começou no ano 2000! Veio recurso, foram cinco consórcios, recurso do PAC e tudo o mais. Hoje *taí*, jogaram tudo nas costas do coitado do Secretário da Habitação. *Taí* o João Farias, que faz um excelente trabalho, a sua equipe, mas ele não tem mais recurso, ele

não consegue.

Então quero aqui fazer um apelo aos Vereadores que, por favor, vocês que fiscalizam, que vocês olhem para isso. É o que eu disse para o companheiro: vai morrer gente aqui no Paraisópolis. Lá no Colombo já morreu, por causa do negócio do córrego. E vai morrer mais. E quem será responsabilizado?

Já expus para os companheiros, falei para a comunidade do Paraisópolis: tá na hora de resolver. Não dá para ficar assim, a juventude vai receber assim? Desculpe! Nós quando começamos a discutir esse projeto lá atrás, com o Zé Rolim e toda a equipe, lembro que era uma equipe grande. Hoje está o Conselho Gestor, pois o estado pulou fora, não quer saber, nenhuma secretaria que tem o nome no Conselho Gestor das ZEIS, ninguém comparece nas reuniões! É uma vergonha isso que está acontecendo. Isso é uma vergonha!

Nós somos voluntários, nós temos recursos, mas abri mão da minha vida para cuidar e defender a minha comunidade, as cinco mil, seis mil famílias. Agora, nós agitamos as reuniões e ninguém comparece. Aí fica a Secretaria sozinha, com os “abacaxis” na mão, sendo que a Sabesp e todo mundo pulado fora! E o córrego é uma obra do Estado, da Sabesp. Então a Sabesp tem de ter outra postura.

Então, estou muito preocupado. São 25 milhões que se gastam por ano com aluguel social e não foi isso que nós discutimos 25 anos atrás.

Em primeiro lugar, apontamos os terrenos, que eram de ZEI 1, deixaram construir prédio de luxo. Nós tínhamos uma área, do lado do Paulistano, 200 metros quadrados, era para serem colocadas não sei quantas famílias. E aí, onde vai colocar essa população? Hoje são seis mil famílias no aluguel social. No Colombo tem mais mil quase. Vai tirar mais umas duas mil do Antonico, vai colocar onde?

E é o que a companheira falou: "Não, não tem história de mandar nós lá pro fundão, não, nós vamos ficar é aqui ó, a nossa vida, nós trabalhamos aqui, nós moramos aqui, estudamos aqui e a creche é aqui". E, creche, aliás, na cidade de São Paulo, graças a Deus, zerou a demanda de creche. Lá na minha comunidade, hoje, zerou, não existe criança fora de creche.

Eu mesmo tive lá um problema que perdi duas creches, mas, graças a Deus, entramos com ação e zerou. Não tem mais criança fora de creche.

Só que precisamos continuar lutar, e eu volto a fazer meu apelo: 25 milhões que se gasta por ano! O dinheiro que já se gastou daria para construir três ou quatro Colombos. Acho que até quase o Paraisópolis. Dez ou 12 anos, só fazer a conta.

Portanto, Vereador, precisamos desse recurso. Faço esse apelo que se vá ao Prefeito, para o empenho que for. A questão é complexa e preocupante. Vai morrer gente. Não dá para ficarmos brincando, estamos falando de vidas, de idosos, de deficientes, estamos do lado do Palácio do Governo, não tem nem dois quilômetros! As crianças vivem dentro do esgoto, sem área de lazer decente para brincar! Isso é uma vergonha. Estamos na maior cidade do Estado mais rico da Federação Brasileira. Mas, nós, do lado do Palácio do Governo, morando onde o há um córrego e não se consegue canalizar um esgoto? Volto a dizer que estamos defendendo vidas e pessoas.

Aos nobres Vereadores: os senhores que foram eleitos pela sociedade, por nós, pela população, apelo mais uma vez: não temos mais tempo, a chuva está chegando, e aí o que vai ser dessas famílias? Vocês acham que vamos ficar de braços cruzados?

Estou trabalhando pela comunidade, estou aqui, mesmo doente, pois a gente acaba mesmo ficando doente, a gente se doa para cuidar da comunidade, abrimos mão das nossas vidas, mas eu não vou abandonar esse barco não! Vamos continuar lutando. Mas não dá pra ficar aguentando esse descaso.

Estamos aqui na Giovanni Gronchi e tem um córrego e não conseguem fazer um córrego? Interligar um córrego? Então precisamos desse recurso, Vereador. Precisamos sim porque hoje o Governo Federal não coloca recurso. Infelizmente, cai tudo nas costas do município e não tem como a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Habitação, sozinha resolver, pois a cidade é muito grande, tem muitos problemas. Está muito difícil.

Então faço um apelo também para a sociedade, pois temos de nos unir, a comunidade está aqui. E é como foi dito: Presidente, desculpa, se não fosse o Guga me passar

o comunicado, eu não saberia, e eu sou representante da minha comunidade e ninguém, na Câmara, essa informação não chegou para a minha comunidade. Se tivesse chegado viriam mais pessoas. É um direito dela saber. E o que acontece que a informação não chega para nós? Pelo amor de Deus, tem os representantes das comunidades todas e a população tem de estar presente, mas principalmente tem de saber o que está acontecendo. Mas parece que querem a população sem informação para manipular, mas não vai manipular. Não vão me manipular! A verdade é que não vai manipular.

Falei para o Sr. Diniz: "Nós vamos para o Ministério Público. Nós vamos levar o caso do Antonico". Estou à disposição, tenho contato direto com qualquer promotor, vamos levar para lá. Alguém tem de ser responsabilizado. Se vier chuva e acontecer tragédia alguém tem de ir para a cadeia. Tem de ser preso e tem de ser preso por isso. Porque falar mal da comunidade, que a comunidade só tem bandido, que a comunidade só tem isso e aquilo é muito fácil. Mas eu defendo: "São pessoas trabalhadoras, nós queremos viver de maneira digna, nós queremos ter a nossa casa que foi derrubada, que vieram aqui e prometeram". E daí, hoje, dão 400 reais para uma família?

Quero aproveitar e fazer uma crítica. Criaram, agora, uma nova lei, "Ah, que o cidadão na área de risco vai ter 30 mil, 60 mil". Não existe essa história! Nós queremos moradia. Você vai tirar família de uma área de risco com 60 mil e ela vai comprar uma casa onde? Que história é essa? Nós não discutimos a questão de valores aqui. Foi igual lá atrás quando deram cinco mil reais. Não! Queremos, e está lá no Regimento do Conselho Gestor, é lei, se você vai tirar uma casa de uma família tem de dar outra moradia para ela! Agora se você quer dar o dinheiro para a família comprar um imóvel dê um dinheiro de verdade. Mas 30 mil, 60 mil, me poupe!

Quero deixar essa mensagem, peço desculpas por ter passado do tempo, mas é importante falarmos que estamos clamando, estamos aqui, eu mesmo um pai de família, nasci nessa comunidade, cheguei aqui, hoje tenho minha filha, tá fazendo faculdade, estamos ajudando e eu amo isso aqui. Mas é nosso direito, está na Constituição! Queremos moradia

digna, educação, saúde, área de lazer. Não estamos pedindo nada além de nosso direito. E não é falta de dinheiro do nosso país, não, dinheiro o País tem. Muito obrigado e desculpa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Com a palavra Rafaela Santos da Silva. Quero agradecer a presença da Malu, que representa a Vereadora Ely Teruel.

Com a palavra, Rafaela.

A SRA. RAFAELA SANTOS DA SILVA - Boa noite a todos. Obrigado pela palavra. Primeiramente quero falar sobre o córrego. Sou moradora da localidade. Moro um pouco mais para cima do córrego, mas isso não significa que não preciso passar por lá.

Já foi aberto, se não estiver enganada, o Guga está aqui - sou voluntária do projeto, estamos juntos - para confirmar o que estou dizendo que já foi aberto, se eu não estou enganada, seis protocolos sobre a rua! E toda a vez vem a mesma desculpa: “que enquanto o córrego não for resolvido a parte dele, não se pode arrumar a rua”.

Então sou obrigada a passar com meu filho de oito anos na b... e no m... - para falar o português claro – por que não arrumar o córrego? Quantos anos que está para arrumar esse córrego? É muito descaso! Eu não sou obrigada no m... com meu filho, em dia de chuva, em dia de calor, porque se você for lá agora tem tudo isso porque vocês não arrumam o córrego. A rua não tem nada a ver com o córrego, o córrego está num lugar e a rua está em outro, por isso acho que isso não tem nada a ver.

Outra coisa: as ruas mais para cima da comunidade, também estão todas com buracos. E a culpa é do córrego também? Eu acho que não. Eu acho que é falta mesmo de compromisso com a gente.

O SR. ANTONIO DONATO – Como é o nome da sua rua?

A SRA. RAFAELA SANTOS DA SILVA – Eu moro na Herbert Spencer. Você passa o córrego...

P – Na Herbert Spencer?

R – Você passa o Córrego do Antonico, sobe sentido Giovanni Gronchi.

Se eu não estiver enganada, há dois meses que o pessoal foi arrumar a tubulação

de esgoto, fez qualquer coisinha lá, como sempre, e deixou um buraco. Meu nome é Rafaela e, se vocês quiserem o meu contato ou o do Guga, a gente mostra a rua para vocês. E não é só essa, são outras também.

Um dos pontos mais importantes – que eu coloquei o meu nome – é sobre a moradia. Há muita gente esperando há mais de 12 anos para receber 400 reais. Eu não estou desmerecendo ninguém, eu não estou falando que o pessoal do córrego é menos do que eu, do que o pessoal que está há 12 anos na fila. Eu não estou dizendo isso. O que eu estou dizendo é que todos têm o mesmo direito, a lei tem que ser para todo mundo. Então, que eles peguem 400 porque acabaram de entrar ou que seja um auxílio de 600 para todo mundo, porque há 12 anos nós estamos recebendo 400 reais. Tudo bem que, naquela época, com 400 reais, a gente conseguia pagar um aluguel – e todo mundo sabe disso –, só que agora a gente não consegue mais. Eu não acho certo que a minha avó, a Dona Marinalva, que está há mais de dez anos recebendo o auxílio, receba 400 enquanto eu, vamos supor, se eu entrasse agora, morando na Antonico, poderia pegar 600 reais. É isto que eu estou falando: eu acho que o direito tem que ser igual para todos.

Em outra coisa que eu quero bater pé. Eu fiquei sabendo de um comunicado que diz que tem casa própria vai ser cortado do auxílio. Eu acho errado, porque eu estou há 12 anos na fila recebendo o auxílio. São 12 anos trabalhando, porque nós precisamos trabalhar. Quer dizer que eu não posso comprar uma casa? Quer dizer que eu não posso evoluir e tenho que ficar 12 anos na miséria até o dia que vocês resolverem me dar uma casa?

- Manifestações no recinto.

A SRA. RAFAELA SANTOS DA SILVA – Eu sou trabalhadora, eu sou mãe e sou mulher. Eu posso, sim, trabalhar. Eu posso, sim, comprar uma casa e eu posso, sim, comprar um carro. Só que, se vocês tiraram a minha casa, não importa o que eu consegui de 12 anos para cá, vocês têm que me dar a minha casa. É isso que eu acho.

- Manifestações no recinto.

A SRA. RAFAELA SANTOS DA SILVA – “Ah, não, Rafaela, mas se você está em

um lugar do qual você não vai sair, um lugar bacana do qual você não vai sair. Então, vamos conversar para você sair da fila de espera e vamos ver um valor, porque seria uma moradia a menos”. O.k., nós poderíamos entrar em um acordo, mas tirem o meu direito, o meu auxílio, vocês não vão, não, porque, naquela época, eu morava naquela casa que vocês tiraram e, por isso, vocês têm que me dar ela de volta.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Muito obrigado, Rafaela.

A SRA. RAFAELA SANTOS DA SILVA – Obrigada. Boa noite.

Tem a palavra a Aparecida de Souza Alexandre, a última inscrita.

A SRA. APARECIDA DE SOUZA ALEXANDRE – Boa noite a todos.

Meu nome é Aparecida e eu sou moradora de Paraisópolis acolhida também no auxílio aluguel há mais de dez anos. Não é fácil, mas eu vou dizer uma coisa muito importante para vocês pensarem: nós não estamos sozinhos.

O meu filho tinha quatro meses quando desabou a minha cozinha e já estava desabando também o berço e, por isso, eu tive que sair da casa. Eu fiquei sem chão, como a menina falou, mas eu agradei a Deus por não ter levado a vida do meu filho. Não é fácil sair da sua casa para morar de aluguel, porque todo mês você tem que ter um comprometimento. Se você não tiver, eles mandam embora. O proprietário não confia no inquilino porque não tem com ele amizade nenhuma. Negócio é negócio.

Eu cresci e agora eu estou pronta para pagar o meu apartamento. Se eu tenho condições de pagar aluguel, estou pronto para pagar o meu apartamento. O investimento que vocês têm é brilhante, mas não podem se esquecer de nós e da moradia. Nós estamos prontos financeiramente e vamos nos comprometer a pagar. Há pessoas que estão desempregadas, porque é um preconceito morar de aluguel. São autônomas que trabalham como doméstica, como pedreiro, como pintor. Mas não importa, porque essas pessoas têm uma renda para pagar o aluguel.

Quando nós somos acolhidos pelo auxílio-aluguel, nós temos a facilidade de

emendar para pagar, mas tem a conta de água e a conta de luz, que, como todo mundo sabe, não estão incluídas. O auxílio era de 400 reais e era aquela coisa de não precisar pagar água e luz, mas hoje é diferente. Hoje é a partir de 650, 800, 900.

- Manifestações no recinto.

A SRA. APARECIDA DE SOUZA ALEXANDRE – Pois é.

O que é uma casa de 400 reais? Um cômodo. E quem tem filho especial? Eu estou aqui representando cinco grupos preferenciais de Paraisópolis que hoje não puderem vir porque são pessoas cadeirantes, pessoas que têm filhos especiais. Eu perguntei para essas mães como eram seus filhos. Elas me entregaram a xerox de um laudo comprovando que os filhos têm problemas mentais e elas não poderiam vir a esta reunião, porque os filhos não podem com barulhos. Mas eu estou aqui representando todos esses grupos e eu vou passar as informações para eles, que são protegidos por uma lei que dá a eles direito à habitação.

Por isso, eu gostaria que os Vereadores pudessem verificar essa lei pelo menos para incluir que a fila vai ser respeitada.

Eu vou ler um texto que foi feito em grupo. Cada um dos cinco grupos falou e escreveu suas ideias.

“Nós, moradores de Paraisópolis, abaixo assinados, reivindicamos pronta-entrega de 349 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Parque Sanfona”.

Esse foi o único projeto que abraçou Paraisópolis e que precisa que vocês apoiem com recursos. Quando a gente vê que o pessoal está participando desse projeto, a gente fica feliz, porque o pessoal está entrando na moradia, e o grupo está crescendo. Então, eu não estou sozinha. O Grupo Tamo Junto Paraisópolis está crescendo, e nós estamos nos comunicando no dia a dia por meio de informações e estamos aprendendo uns com os outros como nos comportar, como conversar e como aprender as leis para a gente buscar os nossos direitos.

“Que a Prefeitura aponte quando irá entregar as unidades habitacionais a mais de cinco mil famílias que ela própria removeu e que hoje recebem o auxílio-aluguel e que o valor do aluguel seja de 600 reais para todos os moradores do complexo, garantindo um atendimento

isonômico para todos enquanto a Prefeitura não entregar todas as unidades habitacionais que prometeu”.

Isso porque nós temos a construção prometida para 2024, só que nós temos cinco mil famílias que não cabem em 349 unidades, e os proprietários não querem saber se você está no habitacional, se você vai para a casa da família; eles têm a renda deles e querem aumentar. Então, por exemplo, uma unidade com dois quartos com janela, cozinha e uma área bem pequena, já é a partir de 650 reais a mil reais, e o pessoal acha que quando a pessoa paga mil, ela já tem condições. Mas não tem, mas só consegue porque são cinco ou seis irmãos que trabalham e compartilham o pagamento do seu salário, da sua comissão, do seu rendimento. Então, eles não têm condições de pagar mil reais.

“Que o valor do auxílio aluguel que seja de 600 reais e que as parcelas vindouras de novos empreendimentos sejam no máximo 10% da renda familiar. O pedido acima tem um fundamento pelas seguintes informações: 1 - a existência do passivo de cinco mil famílias que foram removidas de suas casas pelo Poder Público, muitas delas há mais de 15 anos, sem jamais terem recebido um atendimento habitacional adequado; 2 – a demora por mais de sete anos na entrega de 349 unidades do Conjunto Habitacional Parque Sanfona; 3 – a absoluta falta de transparência com relação aos critérios de pessoas que serão atendidas com essas 349 unidades habitacionais; 4 – as suspeitas de que novas unidades habitacionais serão comercializadas em valores superiores à grande maioria dos moradores que têm condições de pagar, contrariando todos os princípios e diretrizes previstos em lei, de que Paraisópolis é uma ZEIS. Ou seja, estão desviando o nosso público e fazendo particular; 5 – o fato de o auxílio aluguel ser irrisório, irreal, não garantindo condições para que as famílias cadastradas aluguem uma casa para viver; 6 – o fato do valor do auxílio aluguel não ter sido reajustado nenhuma vez nos últimos 10 anos, sequer readequado à inflação; 7 – o fato de novas famílias cadastradas recentemente para o auxílio aluguel estarem sendo contempladas no valor de 600 reais; 8 – o fato de as famílias, que há mais de 15 anos aguardam atendimento definitivo, continuarem recebendo apenas 400 reais, sem terem condições de viver dignamente”. (Palmas).

Esta é a opinião de todos do nosso grupo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Não há mais oradores inscritos. Voltarei à Mesa.

Vereadora Silvia, gostaria de fazer mais algum comentário?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Quero dizer que as falas de vocês são muito importantes para nós. Na verdade, nós somos Vereadoras e Vereadores por causa de vocês, então a nossa obrigação é ouvir. Mas não é ouvir e entrar por um ouvido e sair pelo outro e chegar na Câmara e votar tudo diferente. É ouvir e votar, na Câmara, de acordo com o interesse de vocês.

Então, o que eu tenho visto nesta primeira experiência como Vereadora? Eu sou Vereadora da Bancada Feminista e estou em meu primeiro mandato. O que eu vejo na Câmara é que na maioria dessas operações urbanas o direito à moradia não tem sido respeitado. E a gente bate muito nessa tecla, de que não é possível ter remoção sem ter a chave na mão. E aqui, em Paraisópolis, mais uma vez ficou provado que as remoções aconteceram, vocês estão na fila do auxílio aluguel há anos e até hoje não conseguiram moradia digna.

Então, nós temos, em todos os projetos, que são projetos que vão arrecadar recursos por conta do potencial construtivo, por conta do Cepac, esses recursos têm de servir em primeiro lugar para garantir as habitações de interesse social de quem vai ser removido, mas não é depois que removeu, gente. Tem de ser antes. Tem de ser chave a chave. Eu só posso sair da minha casa se eu tiver a chave da outra casa para morar, porque, senão, vou ficar anos esperando. Essa é uma primeira coisa. E, pelo que eu entendi aqui, vocês querem moradia, saúde e educação. São três coisas que vocês falaram. Vocês ficam até falando assim: “Mas, primeiro vem a moradia. Depois, a saúde e, depois, a educação”. Não, gente. São as três coisas. Precisa das três, porque precisa da moradia, precisa da saúde e precisa da educação para saber reivindicar.

Vejam a última mulher que falou aqui, que eu me esqueci o nome. (Manifestações)

Cida. Ela falou: “A gente está aprendendo a reivindicar os nossos direitos. Está aprendendo a conversar”. E isso é muito importante, porque se vocês não aprenderem – e a educação é importante por causa disso -, vocês não vão poder fiscalizar o que a Prefeitura faz, fiscalizar os Vereadores e reivindicar os direitos de vocês.

Então, eu acho que a gente está a favor do projeto, porque é um projeto que vai pegar dinheiro de uma Operação e vai incluir vocês nisso. Ou seja, Paraisópolis vai estar incluído na... Vai ter um perímetro expandido dessa Operação Urbana e os recursos de lá virão para cá, então é óbvio que a gente é a favor. Só o que a gente quer é que, como o Vereador Donato falou, os recursos sejam realmente viabilizados e garantidos e a decisão onde aplicar o recurso seja feita através do Conselho Gestor de ZEIS... (Palmas) e o Conselho Gestor da Operação. Na verdade, não vai ser mais só a Operação Faria Lima. Vocês têm de estar incluídos na decisão também, não só os recursos, mas a decisão onde esses recursos serão aplicados.

Então, a gente está aqui para dizer que a gente está à disposição de vocês, dentro da Câmara dos Vereadores, e contem com a gente para que a gente possa fazer valer, neste projeto, os interesses aqui da comunidade.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Com a palavra o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Acho que a Vereadora Silvia falou bem.

Eu queria deixar só uma coisa bem registrada, porque a gente não está aqui para iludir ninguém, nem para dizer que as coisas vão acontecer da noite para o dia. Esse processo de Operação Urbana não é um processo simples. Ele tem um tempo até aprovar. Tem, depois, de aprovar na CVM, vender os Cepacs. Demora um tempo, porque eu tenho acompanhado de perto, agora, a Operação Água Espreada, e lá tem um problema grave também.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte, independente dessa lei - que será importante, mas ela é a médio prazo -, a gente precisa de investimento no curto prazo, e tem dinheiro para isso na Prefeitura. Têm 32 bilhões em caixa. Então, não dá para ter desculpa.

Nós vamos aprovar este projeto, mas este projeto não vai resolver todos os problemas do mundo. Ele é um projeto de médio prazo. A gente precisa cobrar a Prefeitura, o Prefeito que veio aqui e fez reunião, veio aqui o outro Prefeito, veio o Doria. Promessa, vocês já escutaram um monte aqui, não escutaram? Nós não estamos aqui para fazer promessa. Nós estamos aqui para com vocês cobrarmos que a Gestão, que tem dinheiro em caixa, faça os investimentos rapidamente.

O Antonico já é uma obra que deveria estar pronta. O Antonico estava orçado em 100 milhões, a canalização. E a gente falava: “Ele custa a mesma coisa que o Anhangabaú”. O Anhangabaú está pronto, reformaram o Anhangabaú por 100 milhões e o Antonico está do mesmo jeito.

Aqui, a questão da UPA, a questão da moradia principalmente. A gente precisa ter investimento rápido e moradia. O Fundurb tem mais de um bilhão de reais parado. Vamos pegar esse dinheiro que está parado e vamos investir rapidamente. É inadmissível ter cinco mil pessoas em auxílio aluguel. É inadmissível. Há 12 anos. Isso não existe. (Palmas) Isso não existe. É um desrespeito com as pessoas e é tratar mal o dinheiro público, porque eu estava vendo, no resumo da Operação, já foram gastos 14 milhões com auxílio aluguel. Dava para fazer um monte de moradia com esse dinheiro.

Então, vamos cobrar isso. E acho que a sugestão que saiu daqui, Vereadora Silvia e Vereador Paulo Frange, vamos brigar imediatamente para aumentar esse auxílio para 600 reais... (Palmas)

Nesta crise, não dá mais para ser 400.

Era isso o que eu queria falar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Donato.

Eu queria ter um filho assim, igual ao Donato.

Gente, agora nós vamos ouvir o André Luiz, que está representando o Secretário de Habitação, João de Faria.

O SR. ANDRÉ LUIZ – Boa noite a todos e a todas.

Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste processo tão importante, de trazer a sociedade para participar da construção da legislação que influi diretamente na vida das pessoas.

Como bem foi colocado por alguns, a questão em relação às obras de urbanização do Córrego Antonico e do Jardim Colombo. É sabido que é uma prioridade do Secretário, ele vem impondo muito esforço para a continuidade dessas obras.

Em relação à construção de unidades, é outra prioridade também do Secretário. E a intenção da construção é até para viabilizar, diminuir o número de famílias em Auxílio Aluguel, o que também diminuiria essas questões relativas a valores baixos relativos ao Auxílio Aluguel e tudo mais.

Todas as questões que foram colocadas aqui, algumas delas já estão até em discussão na Secretaria, inclusive, a questão de moradia para as pessoas que residem em outros municípios na região metropolitana de São Paulo e acabam tendo problemas com Auxílio Aluguel, isso está em estudo. Outras questões relacionadas ao Auxílio Aluguel também estão em estudos e a ideia é de fato que se busquem soluções mais adequadas para as famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, André Luiz.

Tem a palavra o Devair Paulo de Andrade, representando o Secretário Municipal das Subprefeituras, Alexandre Modonezi de Andrade.

O SR. DEVAIR PAULO DE ANDRADE – Em nome do nosso Prefeito Ricardo Nunes, do Alexandre Modonezi, nosso Secretário de Subprefeituras, quero saudar o Vereador Donato, o Vereador Paulo Frange, a Vereadora Silvia e a todos da comunidade de Paraisópolis.

Esse momento da audiência pública é muito importante, porque é um momento em que podemos ouvir os anseios da comunidade e a partir daí fazer as adequações que são necessárias. É onde o Executivo e o Legislativo juntos podem encontrar soluções para os problemas que aqui foram apresentados.

Então, em nome do nosso Prefeito quero agradecer a oportunidade de estar presente

aqui junto com vocês e dizer que a Subprefeitura do Campo Limpo está aberta também para ouvir esses anseios e em conjunto com toda a comunidade conseguirmos chegar em novos caminhos.

Abraço e boa noite a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Passo a palavra para o Hugo Louro, Diretor de Engenharia e Obras, São Paulo Urbanismo.

O SR. HUGO LOURO E SILVA – Obrigado a todos, mais uma vez, obrigado pela atenção, obrigado pela Mesa, Srs. Vereadores e representantes, é muito importante para nós, no nosso dia a dia, absorver esse senso de urgência das coisas.

Quero agradecer muito a vocês por isso. E quero me colocar à disposição de todos vocês e de todos os senhores, porque o PL, do jeito que está posto atende a demanda que é a pauta dessa audiência. Atende a demanda e o que depender da SP Urbanismo para a operacionalização da captação desses recursos para envio, para que pelo menos uma fração de toda essa demanda reprimida durante anos possa aliviar. Vocês podem contar com a gente, a diretoria e a gerência estão aqui, contem conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Ela me perguntou por que eu falei médio prazo e curto prazo. Médio prazo, operação urbana até aprovar, eu imagino que para começar a arrecadar são uns dois anos, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO DONATO – Antes. Um ano. É melhor eles responderem do que eu.

O SR. HUGO LOURO E SILVA – É difícil assumir a responsabilidade, mas vamos lá, porque não depende só da gente. Na Operação Urbana Água Espriada, que foi o último leilão que fizemos, demoramos dois anos porque houve um problema muito importante com o Tribunal de Contas, com relação à precificação. Esse problema, problema que eu digo, esse

desafio burocrático, resolvemos e o primeiro leilão foi um sucesso mesmo. Conseguimos um ágio lá, na outra Operação Urbana, de 41% de ganho acima do que tínhamos previsto. Estou usando como exemplo a outra Operação Urbana, para vocês terem uma referência de data.

Estamos organizando outro leilão para a própria Operação Água Espreada, que vai sair em dois, três meses, porque já vimos os erros do ciclo anterior, já entendemos o trajeto e como o mercado está aquecido, porque o mercado imobiliário que compra esses títulos e que capitaliza o estado, capitaliza o município, já entendemos o trajeto e vamos conseguir fazer mais rápido esse leilão.

Imagino, senhores, que com o PL aprovado dentro dessa redação e considerando premência mercadológica dessa região da Faria Lima, após a aprovação, conseguiríamos operacionalizar um leilão para capitalizar em torno de seis meses a um ano, no máximo, se não houver interstícios em outras tranches.

O SR. ANTONIO DONATO – Esse é o médio prazo para entrar o dinheiro porque tem de fazer licitação. Agora, o que é o curto prazo? Se o Prefeito quiser assinar amanhã que o auxílio aluguel é de 600 reais, ele assina, porque ele tem dinheiro. Então, a nossa pressão tem que ser essa, se ele quiser construir novos conjuntos aqui tem dinheiro, não depende desse leilão. Esse leilão vai ajudar porque temos de construir muita casa aqui, muito apartamento. Mas de cara é possível fazer.

Agora, depende de ter a disposição e a vontade política e para isso é importante vocês estarem organizados e com certeza os Vereadores que estão aqui vão ser parceiros nessa luta de vocês.

- Manifestações do público.

O SR. ANTONIO DONATO – Claro, esse é o justo, a inflação...

- Manifestações do público.

O SR. ANTONIO DONATO – É que isso é uma decisão do Prefeito, não é por lei. O que podemos é pressionar o Prefeito a isso. É isso que estamos dispostos a fazer, porque estamos escutando isso aqui, escutando a Água Espreada, escutando um monte de lugar. O

problema é o mesmo, é um problema de 25 mil famílias que estão no auxílio aluguel, porque antes era Bolsa Aluguel, que era o valor do aluguel, depois mudaram para Auxílio Aluguel para dizer, não, é uma parte do aluguel. Então, mas tem que ser atualizado e você tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Vladimir.

- Manifestações do público.

O SR. ANTONIO DONATO – Aí quem tem de responder é o Governo, isso eu não consigo responder.

- Manifestações do público.

O SR. ANDRÉ LUIZ – Bom, em relação, vou fazer só uma colocação em relação a essa questão da situação do cadastramento. De fato, está acontecendo o cadastramento. Só um reparo aqui que, salvo engano, são por volta de 21.000 famílias no auxílio-aluguel, o que não é pouco, é claro que não é pouco. E, até por uma questão da própria normativa, para cumprir a legislação, é preciso fazer esse cadastramento.

Como esse cadastramento precisa ser feito, até para não deslocar todo mundo apenas para a central de habitação, a gente faz dentro do que é viável, dentro da estrutura que a gente tem. Por exemplo, a Subprefeitura é onde tem uma infraestrutura que contribui para realizar esse processo, por isso que a gente costuma utilizar esses espaços, já tentando o máximo possível atender essa questão de diminuir o deslocamento; porque se a gente deixasse essa situação somente para a região do Centro seria ainda maior o transtorno dessa situação. Portanto, a gente faz dentro do que é possível, dentro da estrutura que a gente tem, para realizar esse processo.

O SR. ANTONIO DONATO – É evidente que o André não é o responsável por isso, não é ele que decide, mas eu queria pedir para o André o seguinte: se aqui tem cinco mil famílias, tem o canteiro de obras do lado, não podemos ter uma central aqui no Paraisópolis? Nesse caso específico, uma central aqui. Leve ao Secretário essa sugestão, *okay?*

O SR. ANDRÉ LUIZ – Eu me comprometo a levar essa demanda para ser estudada dentro do processo de cadastramento. Só reforçando que esse processo já está em vias de

iniciar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Nós vamos levar essa demanda. O Secretário tem sido bastante atento, tem atendido a todos os Vereadores, tem ouvido muito e nós vamos levar esse assunto.

Tem a palavra o Sr. Vladimir Bartalini.

O SR. VLADIMIR BARTALINI – Apenas para a gente encerrar a nossa participação, eu quero agradecer a todos e a todas pelas contribuições. Dentro da linha de pensamento de vocês, o que está mais importante é habitação, saúde e educação, isso está contemplado no projeto de lei, pelo menos nesse texto que a gente vem trabalhando. Então, nós temos, como disse o Vereador, a médio prazo, boas possibilidades de conseguirmos concretizar tudo isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quero agradecer a todos, aos representantes do Executivo, a Vereadora Silvia, ao Vereador Donato, a todos que estiveram conosco.

Esta é a primeira audiência pública. Nós faremos quantas forem necessárias. O mínimo, são duas e nós faremos mais vezes, com certeza. É muito bom estar com todos e que a gente consiga divulgar mais, para que todo o pessoal possa participar.

Está encerrada a audiência pública ao PL 28/2022.

Boa noite a todos.

Estão encerrados os trabalhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19452** DATA: **23/08/2022** FL: **39** DE 39
